

Declaração Final do Seminário Internacional
Agrocombustíveis como obstáculo à construção da Soberania Alimentar e Energética
São Paulo, 17 a 19 de Novembro de 2008.

Nós, representantes de organizações e movimentos sociais do Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Bolívia, El Salvador, México, Equador, Paraguai, Tailândia, Holanda, Suécia, Alemanha e Estados Unidos, reunidos em São Paulo de 17 a 19 de Novembro de 2008,

Discordamos radicalmente da estratégia de promoção dos agrocombustíveis: entendemos que estes não são vetores de desenvolvimento, nem tampouco de sustentabilidade. Esta estratégia representa um obstáculo à necessária mudança estrutural nos sistema de produção e consumo, de agricultura e de matriz energética, que responda efetivamente aos desafios das mudanças climáticas.

Afirmamos que:

O modelo de agricultura industrial, onde se inserem os agrocombustíveis, é intrinsicamente insustentável, pois apenas se viabiliza através da expansão das monoculturas, da concentração de terras, do uso intensivo de agroquímicos, da super exploração dos bens naturais comuns como a biodiversidade, a água e o solo.

A produção de agrocombustíveis representa uma grave ameaça à produção de alimentos. Independentemente dos cultivos utilizados para a produção de energia – comestíveis ou não – trata-se da competição por terra agricultável e por água.

A partir dos efeitos concretos da produção de etanol no Brasil, denunciemos que:

A produção em escala industrial de agrocombustíveis, ao expandir a fronteira agrícola, soma-se à expansão do conjunto do agronegócio, cujos impactos dinâmicos e efeitos cumulativos são o principal vetor de desmatamento e destruição de ecossistemas em todo o mundo, e no Brasil é responsável pela destruição da Amazônia, do Cerrado e outros biomas.

No Brasil, o setor sucroalcooleiro não se sustenta sem o financiamento público. A promoção dos programas governamentais de agrocombustíveis historicamente tem sido caracterizada por incentivos e subsídios governamentais diretos (como financiamentos públicos do BNDES, em grande parte oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT) e indiretos (como não penalização das evasões fiscais e perdão de dívidas).

O setor sucroalcooleiro conta com a conivência do governo quanto ao descumprimento das legislações trabalhistas e ambientais. Entre os impactos da produção de etanol do Brasil destacamos: a superexploração e as condições degradantes de trabalho e a utilização de mão de obra escrava; contaminação dos solos, do ar e da água e redução da biodiversidade. Também, o encarecimento das terras e a concentração fundiária, que obstaculizam ainda mais os programas de reforma agrária e promovem, concomitantemente, um processo brutal de invasão de territórios de populações tradicionais e povos indígenas e de expropriação das terras de pequenos e médios agricultores, ameaçando assim a produção dos alimentos que são consumidos no país. A estrangeirização da terra, seja através da compra ou contratos de arrendamento para a produção de agroenergia, é um fator recente e extremamente preocupante, pois hipoteca as áreas de terras agriculturáveis disponíveis para a produção de alimentos.

A estratégia de difusão internacional do modelo agroenergético do governo brasileiro, através da ação de seus ministérios, em especial o Itamaraty, e instituições financeiras e de pesquisa, como BNDES e Embrapa, reproduzirá os impactos e problemas do setor nos países da África, América Latina e Caribe.

Questionamos a estratégia de expansão e exportação dos agrocombustíveis através do mercado global. Nos opomos radicalmente ao acordo de difusão tecnológica entre Brasil e Estados Unidos, que visa a padronização e comoditização do etanol. Nos opomos às metas compulsórias de substituição de combustíveis

na União Européia e nos Estados Unidos, que ampliarão a demanda por terras para produção de agrocombustíveis nos países do sul.

Alertamos que nem o zoneamento, nem a certificação baseada em critérios ambientais e sociais irão tornar sustentável o modelo agronegócio exportador. As propostas de certificação socioambientais dos agrocombustíveis, a tomar por experiências diversas (como o FSC e as mesas redondas da soja – RTRS, do óleo de palma – RTSPO e dos biocombustíveis - RTSB), não minimizam, mas escamoteiam os impactos, servindo majoritariamente como um instrumento de legitimação dos comércio internacional. O zoneamento agro-ecológico da cana proposto pelo governo brasileiro, assim como a difusão de conceitos como os de “terras ociosas”, “degradadas” ou “marginais”, legitimam a expropriação dos territórios para a expansão das monoculturas e invizibilizam os conflitos sociais.

Reafirmamos nossa luta de mais de uma década contra os transgênicos. O avanço dos agrocombustíveis, do etanol de segunda geração e da produção de bioplásticos inclui um componente estrutural de biotecnologia, transgenia e biologia sintética, fatores que representam uma nova frente de ameaça à biodiversidade.

O atual modelos de produção e consumo, promovido pelos países do norte e reproduzido pelas elites do sul, é insustentável e coloca em risco a vida do planeta. Diante da crise estrutural do sistema capitalista, que engloba as questões energética, ambiental, alimentar, financeira e de valores, é preciso repensar o modelo de sociedade e de civilização.

Defendemos como proposta alternativa a soberania energética, que não poderá ser alcançada em detrimento da soberania alimentar.

A soberania energética e alimentar é o direito dos povos de planejar, produzir e controlar a energia e os alimentos nos seus territórios para atender as suas necessidades. Requer uma nova organização do modo de vida em sociedade e das relações entre campo e cidade.

Pressupõe um sistema alimentar calcado na reforma agrária em bases ecológicas, adaptada às particularidades de cada bioma, como real alternativa aos problema da superexploração dos trabalhadores rurais e de concentração e acesso a terra; o fortalecimento do campesinato e das economias locais; a valorização dos hábitos alimentares e culturais; o encurtamento das distâncias entre produção e consumo, e relações solidárias de comércio. Este sistema é também menos dependente, mais eficiente pode ser auto-suficiente em energia. É mais apropriado e resiliente e também real solução para a crise climática, provocada pelo modelo agroindustrial petrodependente que é reproduzido na estratégia dos agrocombustíveis a qual nos opomos.

Pressupõe também um sistema energético e de transporte baseado na racionalidade e economia de energia, através da mudança nos atuais padrões de consumo; na diminuição dos fluxos planetários de bens e energia do sistema econômico globalizado; em modelos de mobilidade que priorizem o transporte coletivo, público e de qualidade em detrimento dos automóveis individuais; a substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia produzida de forma descentralizada e para atendimento das demandas locais; o apoio e assistência técnica e desenvolvimento de pesquisa voltada aos interesses dos povos. O preço da energia deve ser baseado no custo da produção real e não na especulação financeira. Tampouco pode estar sob controle de grandes grupos econômicos.

A soberania alimentar e energética está calcada nos princípios da democracia e da descentralização, com participação popular no planejamento, na tomada de decisão e gestão da produção de alimentos e energia, incluindo o cesso e controle sobre os fundos públicos, e da solidariedade entre os povos, considerando as diferentes potencialidades, necessidades e soluções apropriadas em cada país ou região.

A energia e os alimentos são direitos dos povos, nos são dados pela terra, pela água e pela diversidade da natureza e pelo trabalho, não podem ser tratados como mercadorias.

Movimentos, redes e organizações convocantes do Seminário:

Do Brasil

Via Campesina Brasil – MMC, CPT, MPA, MAB,
FEAB, CIMI, PJR, MST

ABRA – Associação Brasileira de Reforma
Agrária

Amigos da Terra Brasil

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

Assembléia Popular

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CONTAG - Confederação Nacional dos
Trabalhadores na Agricultura

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras
do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FASE

FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e
Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o
Desenvolvimento

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais
Assalariados do Estado de São Paulo

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na
Agricultura Familiar

Fórum Carajás

Instituto EQUIT

Intersindical

Jubileu Sul Brasil

Marcha Mundial das Mulheres

Plataforma BNDES

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

REAPI – Rede Ambiental do Piauí

REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos
Povos

Rede Alerta contra o Deserto Verde

Rede Economia e Feminismo

Rede Educação Cidadã

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Repórter Brasil

SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes

Terra de Direitos

Internacionais

ActionAid

African Center for Biosafety, South África

Aliança Social Continental

ATALC – Amigos da Terra América Latina e
Caribe

CEO – Observatório Europeu de Corporações

CIECA, República Dominicana

Cone Sul Sustentável

FIAN Internacional

FOCO - Foro Ciudadano de Participación por la
Justicia y los Derechos Humanos, Argentina

Food and Water Watch

Fundação Heinrich Boell

Global Forest Coalition

Global Justice Ecology Project, USA

Grito dos Excluídos/As Continental

IFG – International Forum on Globalization

Misereor

Oilwatch

OWINFS – Red Nuestro Mundo no Está en Venta

Oxfam

RALLT – Red por una América Latina Libre de
Transgénicos

Rede Internacional de Género e Comércio

RMALC - Red Mexicana de Acción Frente al
Libre Comercio

The Oakland Institute, USA

WRM – Movimento Mundial pelas Florestas
Tropicais